

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em fevereiro de 2024

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ fevereiro de 2024 apresentou um déficit primário de R\$ 61,3 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 129,8 bilhões nesse mês, crescimento de 20,8% em termos reais, comparativamente a fevereiro de 2023, ao passo que a despesa totalizou R\$ 191 bilhões, acréscimo de 27,5% na mesma base de comparação. No acumulado do primeiro bimestre do ano, o resultado primário apresenta um superávit de R\$ 18,7 bilhões, a preços constantes de fevereiro, ante o superávit de R\$ 40,7 bilhões no mesmo período de 2023.

Em fevereiro, a receita total apresentou um crescimento real de 17,5%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês do ano passado. Isso se deu em função do bom desempenho da arrecadação, tanto das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), expansão de 18,2%, como das não administradas pela RFB, com aumento de arrecadação de 61%, sempre em termos reais. As receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentaram um crescimento de 3,8%. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, registrou alta de R\$ 22,3 bilhões (20,8%) a preços constantes. No acumulado no ano, a receita total registrou uma variação real positiva de 8,8%, somando um crescimento de R\$ 38,2 bilhões a preços constantes, fortemente impactada pelo bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela RFB – que tiveram no período um acréscimo de 10,9%, aumento real de R\$ 31,4 bilhões.

Com relação à despesa total, o crescimento real de 27,5% em fevereiro, relativamente ao mesmo mês de 2023, deveu-se predominantemente ao aumento das outras despesas obrigatórias no valor de R\$ 31 bilhões (145,6%) – fortemente impactadas pelo pagamento de precatórios no mês – e, em menor grau, ao aumento das despesas do Poder Executivo sujeitas à programação

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de março de 2024.

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/02/240209_cc_62_nota_9.pdf

financeira, no montante de R\$ 6 bilhões (18,1%). No acumulado do ano até fevereiro, a despesa teve um crescimento real de R\$ 51,3 bilhões (17,1%) em relação ao mesmo período do ano passado.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em fevereiro de 2024 foi registrado um aumento real de R\$ 18,4 bilhões (18,2%) em relação ao mesmo mês do ano passado. O bom desempenho das receitas administradas ocorreu em praticamente todos os itens, com destaque para o forte crescimento da arrecadação do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), do Imposto de Renda (IR), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), totalizando um acréscimo real de R\$ 17,8 bilhões (22,7%), quando comparadas com o mesmo mês do ano passado. As receitas não administradas pela RFB também apresentaram grande expansão em fevereiro, de 61,0%, com destaque para as receitas com dividendos e participações e demais receitas não administradas, com aumentos reais de R\$ 3,7 bilhões e de R\$ 5,9 bilhões, respectivamente.

No acumulado até fevereiro, as receitas apresentaram um crescimento real, se comparadas com o mesmo bimestre do ano passado, de R\$ 38,2 bilhões (8,8%). As principais variações positivas ocorreram nas receitas administradas, com destaque para o IR, com alta de R\$ 11,4 bilhões (7,5%) e Cofins, com aumento de R\$ 12,4 bilhões (27,1%).

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se observar que em fevereiro também ocorreu um expressivo aumento em relação ao mesmo mês do ano anterior, impactado principalmente pelo pagamento de despesas com sentenças judiciais e precatórios, com crescimento real de R\$ 29,4 bilhões em relação ao mesmo período de 2023, pelo pagamento de despesas obrigatórias com controle de fluxo – R\$ 2,1 bilhões (8,5%) – e pelo pagamento de despesas discricionárias do Poder Executivo – R\$ 3,9 bilhões (48,1%).

As despesas totais, no acumulado do ano até fevereiro, tiveram um crescimento real de R\$ 51,3 bilhões (17,1%), com destaque para a elevação real dos dispêndios com sentenças judiciais e precatórios – R\$ 29,4 bilhões (7.275,6%) –, das despesas com benefícios previdenciários – R\$ 6,6 bilhões (4,9%) –, dos pagamentos com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) – R\$ 2,4 bilhões (16,5%) –, das despesas obrigatórias com controle de fluxo, – R\$ 2,9 bilhões (5,7%) – e das despesas discricionárias do Poder Executivo – R\$ 4,9 bilhões (36,5%).

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de fev./2024)		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro (preços constantes, R\$ milhões de fev./2024)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de fev./2024)		Taxa de variação (%)
	fev./2023	fev./2024		2023	2024		Até fev./2023	Até fev./2024	
1-Receita Total	160.402	188.505	17,5	431.675	469.873	8,8	2.477.385	2.459.530	-0,7
1.1 - Receita Administrada pela RFB	101.296	119.682	18,2	288.636	320.024	10,9	1.495.657	1.514.275	1,2
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-60	-80	32,9
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	46.078	47.851	3,8	94.787	100.027	5,5	582.400	614.869	5,6
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	13.029	20.972	61,0	48.252	49.822	3,3	399.388	330.466	-17,3
2. Transf. Por Repartição de Receita	52.996	58.750	10,9	91.618	100.471	9,7	493.541	474.243	-3,9
3. Receita Líquida (1-2)	107.407	129.755	20,8	340.057	369.402	8,6	1.983.844	1.985.287	0,1
4. Despesa Total	149.847	191.018	27,5	299.351	350.669	17,1	1.954.030	2.241.020	14,7
4.1 Benefícios Previdenciários	68.056	71.737	5,4	134.139	140.735	4,9	864.422	931.449	7,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.466	28.313	3,1	57.511	59.496	3,5	362.569	376.032	3,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	21.018	51.623	145,6	43.820	78.784	79,8	313.434	401.882	28,2
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	33.306	39.345	18,1	63.881	71.654	12,2	413.606	531.656	28,5
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-42.440	-61.263	44,4	40.706	18.732	-54,0	29.813	-255.733	-957,8

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de fev./2024)		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro (preços constantes, R\$ milhões de fev./2024)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de fev./2024)		Taxa de variação (%)
	fev./2023	fev./2024		2023	2024		Até fev./2023	Até fev./2024	
1-Receita Total	160.402	188.505	17,5	431.675	469.873	8,8	2.477.385	2.459.530	-0,7
1.1 - Receita Administrada pela RFB	101.296	119.682	18,2	288.636	320.024	10,9	1.495.657	1.514.275	1,2
1.1.01 Imposto de Importação	4.084	4.806	17,7	9.262	10.341	11,7	61.912	56.911	-8,1
1.1.02 IPI	4.085	5.406	32,4	9.225	10.587	14,8	60.531	62.400	3,1
1.1.03 Imposto de Renda	48.335	56.997	17,9	152.545	163.935	7,5	731.848	728.515	-0,5
1.1.04 IOF	5.014	5.280	5,3	10.705	10.491	-2,0	64.039	63.511	-0,8
1.1.05 Cofins	19.961	25.779	29,1	45.653	58.020	27,1	293.314	313.783	7,0
1.1.06 PIS/Pasep	5.956	7.962	33,7	14.683	17.457	18,9	85.862	89.963	4,8
1.1.07 CSLL	11.194	11.864	6,0	40.358	43.620	8,1	166.189	156.788	-5,7
1.1.09 CIDE Combustíveis	1	248	33.606,7	3	494	18.918,9	1.327	1.723	29,8
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.666	1.340	-49,7	6.203	5.078	-18,1	30.633	40.682	32,8
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-60	-80	32,9
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	46.078	47.851	3,8	94.787	100.027	5,5	582.400	614.869	5,6
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	13.029	20.972	61,0	48.252	49.822	3,3	399.388	330.466	-17,3
1.4.1 Concessões e Permissões	361	56	-84,6	1.121	769	-31,5	38.123	8.718	-77,1
1.4.2 Dividendos e Participações	84	3.770	4.374,3	6.731	3.770	-44,0	95.854	48.474	-49,4
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.278	1.422	11,2	2.578	3.019	17,1	18.250	18.334	0,5
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.522	5.613	-13,9	24.235	22.585	-6,8	140.541	114.724	-18,4
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.709	1.164	-31,9	3.834	2.864	-25,3	23.035	20.754	-9,9
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.484	2.463	-0,8	4.975	5.078	2,1	29.695	31.779	7,0
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	0	-	-	0	-	93	104	12,0
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	590	6.485	998,5	4.777	11.737	145,7	53.798	87.578	62,8
2. Transf. Por Repartição de Receita	52.996	58.750	10,9	91.618	100.471	9,7	493.541	474.243	-3,9
3. Receita Líquida (1-2)	107.407	129.755	20,8	340.057	369.402	8,6	1.983.844	1.985.287	0,1

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de fev./2024)		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro (preços constantes, R\$ milhões de fev./2024)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de fev./2024)		Taxa de variação (%)
	fev./2023	fev./2024		2023	2024		Até fev./2023	Até fev./2024	
4. DESPESA TOTAL	149.847	191.018	27,5	299.351	350.669	17,1	1.954.030	2.241.020	14,7
4.1 Benefícios Previdenciários	68.056	71.737	5,4	134.139	140.735	4,9	864.422	931.449	7,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.466	28.313	3,1	57.511	59.496	3,5	362.569	376.032	3,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	21.018	51.623	145,6	43.820	78.784	79,8	313.434	401.882	28,2
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	7.970	7.071	-11,3	12.048	11.978	-0,6	62.705	75.034	19,7
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7.456	8.706	16,8	14.762	17.191	16,5	86.190	97.794	13,5
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	137	140	2,1	303	261	-13,6	43.885	2.820	-93,6
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0	0	0	0	0	2.149	0	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.198	2.524	14,8	9.351	11.217	20,0	37.445	40.535	8,3
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.097	1.410	28,5	2.101	2.420	15,2	16.590	18.157	9,4
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	347	332	-4,3	697	667	-4,3	4.256	4.075	-4,2
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	177	29.572	16.633,3	404	29.826	7.275,6	18.607	102.084	448,6
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	828	1.246	50,5	2.555	3.897	52,5	13.751	23.601	71,6
4.3.10 Impacto Primário do FIES	185	0	-100,0	365	172	-53,0	558	1.468	162,9
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	625	623	-0,4	1.233	1.156	-6,3	27.299	36.314	33,0
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	33.306	39.345	18,1	63.881	71.654	12,2	413.606	531.656	28,5
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	25.187	27.322	8,5	50.419	53.274	5,7	248.873	338.740	36,1
4.4.2 Despesas Discricionárias	8.119	12.024	48,1	13.463	18.380	36,5	164.733	192.916	17,1

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Maria Andréia Parente Lameiras (Editora substituta)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Andreza Aparecida Palma

Cristiano da Costa Silva

Debora Mesquita Pimentel

Felipe dos Santos Martins

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Caio Rodrigues Gomes Leite

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
